

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA  
SOUZA  
ESCOLA TÉCNICA DE CIDADE TIRADENTES – EXTENSÃO CEU  
ALTO ALEGRE**

**Curso Técnico em Contabilidade**

**Denise Silva Vascom**

**Lucas Humberto**

**Nathally Garcia Buccini**

**Sebastiana Silva**

**Vanessa Conceição de Paula**

**PROJETO “CONTA E SOMA”  
ASSESSORIA NA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR**

**SÃO PAULO,**

**2016**

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA  
SOUZA  
ESCOLA TÉCNICA DE CIDADE TIRADENTES – EXTENSÃO CEU  
ALTO ALEGRE  
Curso Técnico em Contabilidade**

**Denise Silva Vascom**

**Lucas Humberto**

**Nathally Garcia Buccini**

**Sebastiana Silva**

**Vanessa Conceição de Paula**

**PROJETO “CONTA E SOMA”  
ASSESSORIA NA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como exigência parcial  
para a obtenção do certificado de  
técnico em Contabilidade junto à  
Escola Técnica de Cidade  
Tiradentes, Extensão C.E.U Alto  
Alegre

Orientador: Prof. João Vitor  
Fernandes Pereira

São Paulo, 20 de Junho de  
2016.

**SÃO PAULO,**

**2016**

**Denise Silva Vascom**  
**Lucas Humberto**  
**Nathally Garcia Buccini**  
**Sebastiana Silva**  
**Vanessa Conceição de Paula**

**PROJETO “CONTA E SOMA”**  
**ASSESSORIA NA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como exigência parcial  
para a obtenção do certificado de  
técnico em Contabilidade junto à  
Escola Técnica de Cidade  
Tiradentes, Extensão C.E.U Alto  
Alegre

Orientador: Prof. João Vitor  
Fernandes Pereira

São Paulo, 20 de Junho de  
2016.

Banca Examinadora

---

Prof. Orientador: João Vitor Fernandes Pereira

---

Profº Examinador

---

Profº Examinador

## **Agradecimento**

Agradecemos a Deus que nos deu sabedoria e paciência para completarmos esta missão, todos os professores que nos ajudaram para elaboração deste trabalho, empresa Selma Araújo Assessoria Contábil que cedeu seu tempo e espaço para aplicação do nosso projeto.

## **Dedicatória**

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares, amigos e todos aqueles que nos deram suporte e motivação. Agradecemos a todo o corpo docente da Escola Técnica de Cidade Tiradentes, Extensão C.E.U Alto Alegre pelo apoio educacional e pelas bases apresentadas.

*"O futuro tem muitos nomes. Para os fracos, é o inatingível. Para os temerosos, o desconhecido. Para os valentes, a oportunidade."*

Victor Hugo

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	<b>Pg.10</b>
1.1 Objetivo geral .....	Pg.11
1.2 Objetivos Específicos .....	Pg.11
1.3 Problematização .....	Pg.11
1.4 Justificativa .....	Pg.11
1.5 Hipóteses .....	Pg.12
1.5 Escolha do tema .....	Pg.12
<b>2 Conceito e Objetivo da Contabilidade</b> .....	<b>Pg.13</b>
2.1 Evolução da Contabilidade .....	Pg.14
2.2 Classificação dos Setores que compõem a sociedade .....	Pg.15
2.3 Origem do Terceiro Setor .....	Pg.16
2.4 Terceiro Setor e Seus Aspectos .....	Pg.16
2.5 Constituição legal de uma Entidade do Terceiro Setor .....	Pg.17
2.6 Marco regulatório .....	Pg.18
<b>3. Pesquisa - Empresa Selma Araújo Assessoria Contábil</b> .....	<b>Pg.19</b>
3.1 Entrevista e sondagem- Análise Swot .....	Pg.19
3.2 Procedimentos e Ferramentas para “Reciclagem” Profissional do Contabilista .....	Pg.23
<b>4 Captação de Recursos segmentadas para o Terceiro Setor</b> .....	<b>Pg.24</b>
4.1 Mapeamento de Procedimentos Para Processo de Captação de Recursos .....	Pg.24
4.2 Estudo sobre participação de Editais – Secretaria do Esporte .....	Pg.27
4.3 Assessoria especializada para o Terceiro Setor .....	Pg.29

4.4

4.4 Importância da Gestão popular para o desenvolvimento social ----- Pg.30

**5. Regime Tributário / Reforma tributária ----- Pg.31**

5.1 Obrigações acessórias para o Terceiro Setor -----Pg.32

5.1.2 Benefícios proporcionados pelo título -----Pg.34

5.1.3 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)-----  
-----Pg.35

5.1.4 Título de Organização da Sociedade Civil (OSCIP)-----Pg.36

5.1.5 Benefícios da qualificação do Título OSCIP)-----Pg.36

5.1.6 Título de Organização Social (OS) -----Pg.37

5.2 Demonstração de Resultados de Exercício (D.R.E)-----Pg.37

5.3 Balanço Patrimonial ----- Pg.37

5.4 Demonstrações Contábeis----- Pg.38

5.5 Notas explicativas ----- Pg.39

5.6 Principais Certidões exigidas em processo de Captação de Recursos-----  
----- Pg.40

5.7 Prestação de Contas ----- Pg.41

5.7.1 Despesas não aceitas na Prestação de Contas----- Pg.43

5.8 Auditoria e Controladoria----- Pg.44

**6. Considerações Finais----- Pg.50**

**7. Referências Bibliográficas ----- Pg.51**

**8. Anexos----- Pg.53**



## RESUMO

Nosso país tem enfrentado grandes transformações seja ele nos âmbitos sociais, político e econômico. Diante deste cenário, surgiu uma nova modalidade de organização, trata-se do Terceiro Setor, (Organizações sem fins lucrativos). Devido ao crescimento desta entidade, percebeu-se que não havia um controle contábil rigoroso nestas empresas. Diante desse cenário, o grupo criou o Projeto "Conta e Soma" como alternativa para solução dos problemas contábeis existentes nas empresas do Terceiro Setor. O projeto "Conta e Soma" aborda os principais procedimentos e atualizações em relação das operações relacionadas na prestação de serviços contábeis segmentados para o Terceiro Setor, nicho de mercado que está em evidência e em constantes transformações, exigindo do profissional contábil busca pessoal para excelência de trabalho perante seus clientes, que por sua vez necessitam cada vez mais gerar credibilidade social na prestação de contas da utilização destes recursos. Além disso, neste processo exige-se uma presença expressiva do contador em parceria com outros profissionais nas áreas da advocacia, administrativa e de marketing para eficiência nas operações, além de poder fidelizar seus clientes, hoje um grande desafio para os escritórios de assessoria contábil. O contabilista exerce uma responsabilidade social, uma vez que ele possui um papel muito importante na sociedade, representando um grande passo para o desenvolvimento econômico da nação. Isso porque, quando as entidades sem fins lucrativos executam seus projetos e programas, geram renda social com geração de empregos, aquecem o comércio local fazendo parcerias com microempresas. Nesse contexto, o presente trabalho mostrará a importância da assessoria contábil em parceria com a gestão administrativa de empresas do Terceiro Setor para captação de recursos públicos e prestação de contas na Cidade de São Paulo.

**Palavras-Chave:** Terceiro Setor, assessoria, responsabilidade social.

## **ABSTRACT**

Our country has faced major changes whether in the social, political and economic. In this scenario, a new form of organization emerged, it is the third sector (non-profit organizations). Due to the growth of this entity, it was noticed that there was a strict accounting control in these companies. In this scenario, the group created the project "Account and Soma" as an alternative to solve the existing financial problems in the Third Sector companies. The "Account and Soma" project addresses the main procedures and updates regarding the related operations in providing targeted financial services to the third sector, market niche that is in evidence and in constant transformation, requiring the accounting professional personal quest for excellence work to their customers, which in turn increasingly need to generate social credibility in providing use of the accounts of these resources. Moreover, this process requires a significant presence of the counter in partnership with other professionals in the fields of law, administrative and marketing for efficiency in operations, in addition to customer loyalty, now a major challenge for accounting advice offices. The accounting officer shall a social responsibility, since it has a very important role in society, representing a major step towards the nation's economic development. That's because when nonprofits execute their projects and programs, generate social income generating jobs, heat local businesses partnering with small businesses. In this context, this work shows the importance of accounting advice in partnership with the administration of Third Sector companies to capture public resources and accountability in the City of São Paulo.

**Key words :** Third Sector , advice , social responsibility.

## 1 Introdução

Nosso país tem enfrentado grandes transformações seja ele nos âmbitos sociais, político e econômico. Diante deste cenário, surgiu uma nova modalidade de organização, trata-se do Terceiro Setor, (Organizações sem fins lucrativos), tendo em vista o crescimento desta entidade, percebeu-se que não havia um controle contábil rigoroso nestas empresas. Neste contexto, criamos o Projeto "Conta e Soma" como alternativa para solução dos problemas contábeis existentes nas empresas do Terceiro Setor.

O projeto "Conta e Soma" aborda os principais procedimentos e atualizações em relação das operações relacionadas na prestação de serviços contábeis segmentados para o Terceiro Setor, nicho de mercado que está em evidência e em constantes transformações, exigindo do profissional contábil busca pessoal para excelência de trabalho perante seus clientes, que por sua vez necessitam cada vez mais gerar credibilidade social na prestação de contas da utilização destes recursos.

Quando o contabilista reforça sua consciência social, representa para sociedade um grande passo para o desenvolvimento econômico da nação, pois quando as Entidades sem fins lucrativos executam seu projetos e programas, geram renda social com geração empregos, aquecem o comércio local fazendo parcerias com microempresas, que também se beneficiam deste recurso.

Neste processo precisa da presença expressiva do contador em parceria com outros profissionais nas áreas da advocacia, administrativa e de marketing para eficiência nas operações, além de poder fidelizar seus clientes, hoje um grande desafio para os escritórios de assessoria contábil.

Em função das exigências do mercado, não há espaço para "amadorismo" em todos os âmbitos profissionais, o contabilista não está fora desta realidade, motivo pelo qual ele precisa se atualizar e adquirir diversas competências e habilidades, tanto nas questões de processos, legislação e tecnologia para se destacar no mercado e se tornar um agente cooperador da sociedade.

### **1.1 Objetivo geral**

Mostrar a importância da assessoria contábil em parceria com a gestão administrativa de empresas do Terceiro Setor para captação de recursos públicos e prestação de contas na Cidade de São Paulo.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- Mostrar que a fidelização do cliente é possível através da assessoria especializada;
- Demonstrar os benefícios e agregação de valor curricular quando o contabilista se especializa no ramo do terceiro setor;
- Demonstrar a importância da contabilidade gerencial para melhor valorização da categoria;
- Combate ao amadorismo para cooperação da transformação social;
- Sugerir processos e metas estratégicas que o profissional contábil precisa fazer para aplicação da assessoria.

### **1.3 Problematização**

Se há necessidade de qualificação do profissional contábil para atender as exigências e demanda de mercado para o ramo do Terceiro Setor que captam recursos públicos.

### **1.4 Justificativa**

É um setor onde há pouca atuação da contabilidade que é fundamental para o andamento do Terceiro Setor, pois a oportunidade de crescimento e valorização do segmento é importante para quem também irá receber os benefícios do trabalho.

O Profissional contábil deverá se capacitar para atendimento a demanda do setor e com esse trabalho atender aos novos padrões exigidos pela contabilidade.

### **1.5 Hipóteses**

- Pesquisar, analisar e apresentar necessidades de mercado para o Terceiro Setor na cidade São Paulo;
- Identificar processos e metodologias aplicáveis para acompanhamento da Empresa atendida em todo o processo de captação de recursos e prestação de contas;
- Propor ações práticas do profissional contábil para qualificação e reciclagem profissional segmentada para atender o mercado;
- Conscientizar profissionais da categoria sobre os impactos sociais positivos envolvidos neste tipo de assessoria;
- Demonstrar como a contabilidade gerencial traz melhoria para a categoria e o combate ao amadorismo para cooperação da transformação social.

### **1.6 Escolha do tema**

Projeto “Conta e Soma” - Assessoria na Contabilidade do Terceiro Setor

Com a participação coletiva do grupo, escolhemos o tema Assessoria na Contabilidade do Terceiro Setor após pesquisas elaboradas a partir de artigos e reportagens que enfatizam o assunto, além da participação de um dos integrantes no evento "Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor" realizado em 21/07/2015, com carga horária total de 04 horas na sede do CRC-SP, que foi abordado à necessidade emergente da categoria Contábil se capacitar em atender este público para desenvolvimento do país.



Desenvolvemos um logotipo para identificar visualmente nossa proposta de trazer uma consciência social na prestação de serviços contábeis para o Terceiro Setor em prol do desenvolvimento socioeconômico de uma nação.



Arte desenvolvida pelo grupo

**Conta:** Abreviação de contabilidade.

**Soma:** Somar com a sociedade através de suas habilidades.

**Proposta da arte:** os dois componentes à frente, “seriam” o gestor e o contador somando forças para atender o “clamor” das mãos estendidas representado à sociedade que necessitam de ter suas necessidades sociais supridas.

## 2. Conceito e Objetivo da Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social que estuda e pratica funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos de Administração e da

Economia. É, desse modo, a ciência que trata do controle do patrimônio das entidades (empresas).

Isso é feito por meio dos registros contábeis dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados produzidos.

Na Contabilidade o objeto é sempre o patrimônio da entidade (empresa), ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencente a essa empresa.

Portanto, é correto afirmar que:

- a) O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações;
- b) Na prática, a aplicação da Contabilidade na empresa tem por finalidade fornecer aos usuários informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio e suas mutações. Isso compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios. Embora, em tese, a Contabilidade seja aplicável a pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da finalidade ou da atividade destas, é claro que, na prática, sua aplicação é muito mais voltada para empresas (pessoas jurídicas), principalmente por exigências da legislação comercial e fiscal.  
(BARROS: 2007, pág. 17)

## 2.1 Evolução da Contabilidade

Desde os primórdios da civilização humana, a Contabilidade foi tida com a arte da escrituração mercantil. Seus registros eram de forma rudimentar e técnicas específicas que foram se aprimorando ao longo do tempo, necessidade das transformações sociais onde o homem começou a acumular riquezas, aspectos quantitativos e classificados em seu inventário conforme sua natureza exemplo: rebanhos, escravos, cereais metais etc.

Há pesquisas indicando que foram os egípcios os primeiros povos a utilizar contábeis que inspiram os gregos até os dias de hoje.

A palavra “Conta” procede de agrupamento de itens da mesma espécie.

A evolução dos princípios e procedimentos da contabilidade são identificados por quatro períodos:

**Mundo Antigo** - período que surge como a civilização do homem e vai até 1202 da era cristã, quando surgiu o Liber Abaci, da autoria de Leonardo Pisano.

**Mundo Medieval** - período que vai de 1202 da era cristã até 1494 quando surgiu o Tractatus de Computis ET Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli em 1494, obra que cooperou para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

**Mundo Moderno** - de 1494 até 1840 com a Obra “La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche” de Francesco Villa, marcante na história da contabilidade.

**Científico** - Período que tem início a partir de 1840 e que permanece em evolução até os dias de hoje.

## 2.2 Classificação dos Setores que compõem a sociedade

**1º SETOR:** Estado - Governo - Setor Público. As principais finalidades do Primeiro Setor consistem em:

- Oferecer garantias constitucionais para empresas e pessoas físicas;
- Proteger a soberania Nacional;
- Elaboração, execução e fiscalização das normas legais para arrecadação e aplicação de forma precisa dos tributos;
- Proporcionar de forma precisa o bem-estar da população;
- Atender as necessidades e os interesses sociais coletivos;
- Gerenciar as organizações estatais;
- Promover a regulamentação dos setores estratégicos da nação.

**2º SETOR-** Empresas privadas com fins lucrativos. As principais finalidades do Segundo Setor consistem em:

- Obter lucro;
- Atender as necessidades do mercado com desenvolvimento de produtos ou serviços que beneficiam a sociedade;
- Geração de emprego e renda;



- Fidelização de clientes e parcerias;
- Promover o desenvolvimento sócio - econômico de uma nação.

**3º SETOR-** Organizações privadas sem fins lucrativos. As principais finalidades do Terceiro Setor consistem em:

- Promover transformação e justiça social;
- Estreitar laços entre o poder público junto à sociedade;
- Prestar serviços de utilidade pública;
- Gerir e administrar o patrimônio público para finalidade designada;
- Cooperar junto ao Estado para o desenvolvimento humano e social.

### **2.3 Origem do Terceiro Setor**

Iniciou na década de 1960 e 1970 relatos de processo de formação de organizações do terceiro setor e organizações sem fins lucrativos, esse período foi marcado por contenções políticas oriundas dos governos militares.

O termo Terceiro Setor passou a ser utilizado a partir de 1970 nos Estados Unidos para identificar setor de organizações sem fins lucrativos, em 1980, a literatura norte-americana praticamente abandonou a expressão e substituiu por **nonprofit sector** (setor não lucrativo).

No final dos anos 80 e início da década de 1990, realizavam-se diversas mudanças inclusive internacionais, onde resgatou-se o tema organizações sem fins lucrativos, quando estas organizações tornaram-se mais visíveis.

Nos dias de hoje, as organizações do terceiro setor estão tornando-se cada vez mais participativas nas necessidades da sociedade, desempenhando atividades relevantes que, muitas vezes, não conseguem ser atendidas pelo Estado.

### **2.4 Terceiro Setor e seus aspectos**

Terceiro setor é uma entidade que não presta serviços públicos, mas sim atividades privadas para interesse público. A entidade SSA (Serviços Sociais

Autônomos), são representado por pessoas Jurídicas do Direito Privado sem fins lucrativos, Pessoas Jurídicas do Direito Privado podem ter qualquer tipo de forma Civil, mas que estejam previsto no nosso Código Civil, podendo ser fundações privadas, ou Associações privadas, mas sem fins lucrativos.

O objeto dela é uma atividade social voltada para utilidade pública, para o assistencialismo e a profissionalização.

O Código Civil, lei nº 10.406/2002, em seu art. 44, define que as pessoas jurídicas de direito privado são as que atendem à classificação abaixo:

Art. 44, São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as Associações;

II- as sociedades;

III- as fundações;

IV- as organizações religiosas; (Incluído pelo Lei nº 10.825, de 22/12/2003)

V- os partidos políticos : (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22/12/2003) VI- as empresas individuais de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011)

1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes Reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22/12/2003) 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da parte Especial deste Código. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22/12/2003) 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22/12/2003) (OLIVEIRA, 2015, pág. 19)

## **2.5 Constituição legal de uma Entidade do Terceiro Setor**

Segundo o Código Civil (Lei nº 10.406/2002):

- As associações podem ser definidas como união de pessoas para fins não econômicos (art. 53);

- As fundações constituem-se em patrimônio designado por instituidor, para fins específicos, sendo somente permitidos fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (art.62), devendo ser veladas pelo Ministério Público (art. 66). (BARROS, Sidney Ferro, 2007, pág. 17)

## 2.6 Marco regulatório



Fonte da imagem: <http://blog.planalto.gov.br/novo-marco-regulatorio-cria-regras-para-parcerias-entre-governo-e-sociedade-civil/>

Foi aprovada e está em vigor a partir de 23/01/2016 o novo Marco Regulatório das Organizações da sociedade civil (MROSC). A lei 13019/2014 essa lei estabelece as parcerias da administração pública e as OSCs, já parcerias entre municípios a lei entrará em vigor somente a partir de 2017. Entre as inovações trazidas pelo marco onde destacamos que Entidades devem participar do comunicado público que altera seu Estatuto para deixar clara algumas ações e os objetivos destas Organizações.

Houve algumas mudanças com relação ao novo “marco” como o uso de convênios para formalizar parceiros entre as Entidades sem fins lucrativos e Poder Público. Esses instrumentos também agora serão aplicados apenas em relação firmada entre Instituições Públicas o convênio entre Estado e o Terceiro Setor. Agora sendo substituído por outros termos. Agora confere com mais rigor celebrações de parcerias, voluntários com um cuidado especial quanto ao profissionalismo a ser exigido.

Atualmente novas formas, as Organizações com mais estrutura, e maior complexidade as organizações não governamentais, fundações e organizações sociais. A falta de normas para regular de forma objetiva e clara as parcerias

voluntarias entre Estado e as Organizações da sociedade assim tendo ocasionado indesejáveis prejuízo à própria prestação de serviço ao público atendido pela Entidade.

### 3. Pesquisa - Empresa Selma Araújo Assessoria Contábil

**Objeto de Estudo:** Selma Araújo Rodrigues Nascimento é contadora, inscrita no Registro do CRC- 1SP 173127/O-5, atuante no mercado há 25 anos, com escritório localizado à Rua Augusto Mendes Pinto, 82 Jardim das Rosas –SP, composta por mais três funcionários com cargos de técnico e auxiliar administrativo.



Logotipo da empresa

#### 3.1 Entrevista e sondagem- Análise Swot



Fonte da Imagem: <http://blog.iset.com.br/2015/02/09/aprenda-fazer-uma-analise-swot-campea-para-seu-e-commerce/>

Conforme entrevista e reunião com a empresa Selma Araújo Assessoria Contábil, podemos aplicar a ferramenta Análise Swot (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) em português popularmente conhecida como análise FOFA ou FFOA (Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) desenvolvida da década de 60 na Universidade de Stanford por Albert Humphrey, que verifica e posiciona o ambiente (cenário onde está inserido) de qualquer empresa, organização e até mesmo metas pessoais a fim de definir metas e mudanças necessárias para melhor desempenho.

Neste caso especificamente, utilizamos esta ferramenta somente para clientes que atuam no terceiro setor como Ong's Associações, prestadores de serviços.

<b>RELATÓRIO-CAPTAÇÃO DE RECURSOS 3º SETOR</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Temos um setor administrativo para suprir necessidades das empresas nas questões de elaboração de escrita de projetos, planilhas, relatórios e declarações para prestação de contas, podendo participar de ações em todo o processo;</li> <li>2. Desenvolvemos metodologia de trabalho exclusiva para o segmento, que possa atender as necessidades de cunho contábil, gerencial e operacional tanto para Entidades quanto aos prestadores de serviços;</li> <li>3. Temos cronograma interno em participações em fóruns, palestras e cursos de curto</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Possibilidade de posicionamento perante o mercado com diferencial de oferta em assessoria, pois muitos escritórios preferem não atender este público por achar inviável, complexo e demorado o retorno financeiro;</li> <li>2. Possibilidade de fidelizar o cliente pois estaremos fazendo o caminho inverso do processo, auxiliando no processo de captação do recurso para depois garantir o “mês a mês”, podendo até obter faturamento sobre produção de plano de trabalho, viabilizando a credibilidade do cliente para novas parcerias, pois a questão documental, demonstrações contábeis e Balanço Social estarão em dia;</li> <li>3. Mudança na lei (Marco regulatório</li> </ol>

<p>prazo para cada funcionário poder estar atento às necessidades do mercado;</p> <p>4. Temos equipe motivada e participante das questões sociais que participam de ações voluntárias que potencializa a responsabilidade social durante as parcerias.</p>	<p>das Parcerias do Terceiro Setor, lei 13.019/14), onde o contabilista tem participação ativa nas questões: Termo de Fomento e de Colaboração, remuneração da Equipe de trabalho, remuneração de custos indiretos (despesas administrativas) limitadas a 15% do valor total do projeto e prestação de contas simplificada;</p> <p>4. Viabilizar a consciência social perante à categoria Contábil.</p>
<b>FRAQUEZAS</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>1. Geralmente o cliente vem sem recursos para manter a Entidade regularizada, ou não vê a importância de se pagar pela assessoria Contábil;</p> <p>2. Deficiência em criar um sistema de cobrança eficaz para o setor, pois cada empresa possui necessidades diversas e mutáveis durante a operação;</p> <p>3. Falta de mão de obra especializada em caso de futura contratação na possibilidade de ampliação na atuação;</p> <p>4. Impacto nas mudanças de rotina interna mediante assessoria que ocupa mais tempo para obter resultados e rendimentos perante o</p>	<p>1. Valor cobrado pelos honorários, que não existe um padronismo de cobrança para categoria Contábil, onde se dá liberdade para desvalorização da profissão. (honorários mensais).</p>

escritório.	
-------------	--

Precisamos fazer o caminho inverso do que se mostra no mercado, temos que ajudar as Entidades viabilizar suas receitas financeiras através da representação das demonstrações contábeis e da assessoria gerencial, cooperando com o processo de captação de recursos para que depois venha o retorno financeiro para o escritório, caminho de constantes mudanças e controle interno.... lançar as sementes! (Contadora Selma Araújo Rodrigues Nascimento)

Após levantamento deste relatório, a empresa se empenhou para desenvolver adaptações operacionais internas para “conseguir” melhorar seu desempenho que incluíram:

- Reuniões internas para avaliação de resultado por setor e aplicação de feed back;
- Visitas técnicas a Entidades ativas em suas prestação de serviços para entender melhor suas necessidades e realidades de trabalho;
- Aplicação de “*pausa estudo*”, onde cada funcionário pode destinar até uma hora da sua rotina conforme disponibilidade para fazer cursos on- line, ver vídeos e reportagens sobre o temas diversos voltados à Contabilidade gerencial e Terceiro Setor para manter-se atualizado.

O resultado com aplicação do Projeto Conta e Soma no período de um ano ocasionou com o crescimento de de 50% de novos clientes voltados para Terceiro Setor dentre eles: Associações, Templos, microempreendedores

prestadores de serviços e Organizações não governamentais (coletivos culturais).

### **3.2 Procedimentos e ferramentas para “reciclagem” profissional do contabilista**

O profissional contábil precisa ficar atento as constantes mudanças na legislação, economia e procedimentos tecnológicos para transmissão de dados contábeis perante Órgãos competentes. É preciso fazer o mapeamento do perfil de cada cliente perante o mercado para identificar suas necessidades e propor plano de ação que realmente possa suprir estas deficiências perante gestores.

Existem várias empresas que desenvolvem ferramentas de apoio ao contabilista, possibilitando resposta rápida durante o dia a dia do escritório garantindo a segurança da informação. Os prazos precisam ser cumpridos e as dúvidas dos clientes sanados de forma prática e precisa, sem este suporte, abrem-se brechas para erros que prejudicam a relação e a credibilidade perante os clientes.

Podemos citar como exemplo, revistas eletrônicas segmentadas no ramo da Contabilidade: ECONET e IOB, cursos de curta duração presencial e online e palestras: Aduaneiras cursos e treinamentos, Conselho Regional de Contabilidade-CRC através do Programa de Educação Continuada que é obrigatório para contadores, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Escola aberta do Terceiro Setor, entre outros.

Cabe ao profissional se programar para manter-se atualizado, pois o produto oferecido é a informação e a busca pela excelência deve ser preocupação constante. Esta "reciclagem" de informações deve ser estendida também para equipe operacional do escritório que possibilitará maior rendimento e redução de erros técnicos, agregando mais clientes e valor curricular.



#### 4. Captação de Recursos segmentadas para o Terceiro Setor

Fazer o bem custa caro, são pessoas que precisam ser remuneradas, estruturas que precisam sempre passar por reformas e manutenções, materiais de consumo, alimentação, transporte, entre tantos outros componentes essenciais para aplicação de ações sociais. O assistencialismo e o voluntariado são fortes impulsos para fazer estas ações, porém sem estrutura para trabalhar, estas organizações não sobrevivem, a sustentabilidade vêm de várias formas de captação de recursos, alguns que são mobilizados dentro da própria comunidade como: bazar, festas beneficentes, associados, doação de bens ou serviços, como também de grande impacto como investimentos e patrocínios de empresas privadas e poder público.



Fonte da imagem: <http://www.autossustentavel.com/2014/09/os-desafios-na-captacao-de-recursos.html>

O papel do profissional contábil neste processo é essencial para trazer à organização credibilidade perante investidores e governos, pois poderá apresentar através de balanço patrimonial, demonstrações das mudanças do patrimônio líquido e fluxo de caixa, além das demonstrações do resultado do exercício toda a transição deste recurso, para manter e ampliar as ações na qual o dinheiro foi designado.

##### 4.1 Mapeamento de procedimentos para processo de Captação de recursos

O grupo de estudos juntamente com a empresa atendida, escritório de pequeno porte de Contabilidade localizada na região Leste de São Paulo

denominada Selma Araújo Assessoria Contábil, analisou e mapeou procedimentos necessários para o cliente (Associações, Ong's, Institutos etc) em um processo de captação de recursos.

Cada processo exige muito controle de prazos, estratégias pré-definidas, gerenciamento coletivo, e análise de resultados permanentes, onde a comunicação entre a Entidade e o contabilista precisa ser constante e participativa entre todos os profissionais envolvidos neste processo.

**1º PASSO - SONDAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS ESFERAS PRIORITÁRIAS A SEREM ALCANÇADAS PELO PROJETO** - Quando a Entidade chega para receber este tipo de assessoria, vêm com várias necessidades e muitas vezes frustrações por não conseguir captar recursos suficientes para executar “todas” as frentes simultâneas de prestação de serviços voltados nas áreas de educação, capacitação profissional, habitação, saúde, esporte, lazer e cultura, mas sempre há um setor que exige mais prioridade para começar, tanto na questão qualitativa e quantitativa.

O papel do contabilista é ajudar o cliente a encontrar esta prioridade, pois assim poderá verificar quais documentos serão necessários adequar ou providenciar para a Entidade poder estar apto para participar de chamamentos públicos segundo Secretarias, ou editais de empresas privadas que investem na área escolhida.

**2º PASSO - ADEQUAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ANÁLISE DO EDITAL DE PARTICIPAÇÃO**- Não adianta a Entidade ter boas intenções, ter presença forte na sociedade e fazer o bem, sem documentação adequada não haverá possibilidade de participação em qualquer edital, deve-se em primeira estância verificar Ata de Fundação e Eleição, Estatuto Social, Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Cadastro de Contribuinte Mobiliário (CCM), além do Alvará de Localização e Funcionamento.

Referente parte de regularização trabalhista, se a Organização possui ou não empregados registrados, deve-se apresentar a Relação Anual de Informações Sociais- RAIS e guia do Fundo de Garantia e informações à

Previdência (GFIP). Somente com estes procedimentos em dia, a Organização poderá efetuar os registros para obter Certificados que trarão mais possibilidades de parcerias e credibilidade como:

- CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social);
- Utilidade Pública (atingem âmbitos: Municipal, Estadual e Federal);
- OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público);
- CMDCA (Conselho Municipal da Criança e Adolescente);
- CONSEAS (Conselho Estadual de Assistência Social);
- COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social);
- CEBAS (Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social).

Após documentação regularizada, inicia-se o processo de estudo do Edital escolhido para participação, onde se encontra todas as exigências pertinentes que vão desde o roteiro para escrita do plano de trabalho, bem como procedimentos para elaboração da planilha de custos, formas de contrapartida e prestação de contas.

É de suma importância que o contabilista entenda e participe junto ao setor administrativo nesta etapa, pois poderá opinar e direcionar todas as dúvidas sobre formas de contratação, conversação entre o plano de trabalho (o que o projeto pretende fazer) com a planilha de custos (quanto a Entidade pretende gastar para fazer o projeto).

**3º PASSO - MONTAGEM DO PROCESSO-** Alguns editais exigem envio dos processos separados entre documentação da Entidade e plano de trabalho, alguns em mais de uma via entregues em mãos, são detalhes que cabem ao departamento administrativo, porém o contabilista pode auxiliá-lo na emissão

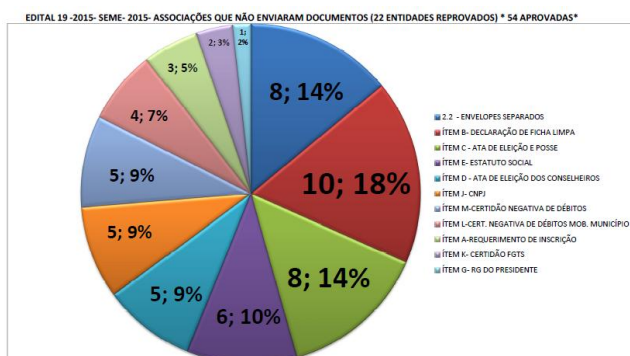
das certidões e fazer a revisão geral para não deixar nenhuma documentação para traz.

**4º PASSO - PRESTAÇÃO DE CONTAS** - Durante andamento de execução do projeto surge várias dúvidas perante os organizadores dos eventos como: formas de contratação de prestação de serviços, controlar colhimento de notas fiscais de compra, recibos de pagamento entre outras rotinas essenciais para comprovar a execução do projeto de forma coerente e que mantenha a credibilidade da Organização.

O papel do contabilista nesta etapa é controlar estes procedimentos em conjunto a Entidade para poder montar processo completo juntamente com relatório escrito com provas documentais (fotos, gráficos, descrição de procedimentos) e apresentar ao órgão solicitante o plano de contas e a conversação com os extratos bancários durante toda operação.

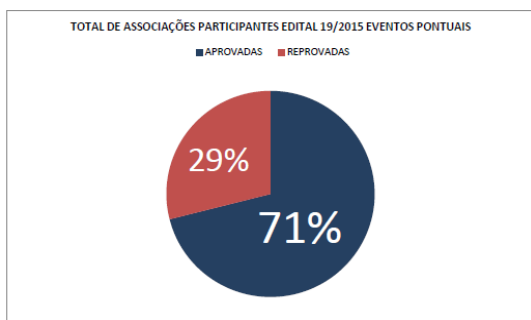
## 4.2 Estudo sobre participação de Editais – Secretaria do Esporte

O grupo analisou os resultados de dois editais de entidades que participaram de envios de propostas para execução de projetos sociais relacionados a eventos esportivos junto à Secretaria do Esporte Lazer e Recreação do Município de São Paulo, ambos com as mesmas exigências de procedimentos e documentação.

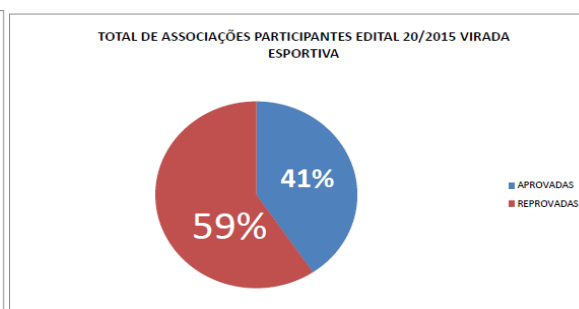


EDITAL 19 -2015- SEME- 2015- ASSOCIAÇÕES QUE NÃO ENVIARAM DOCUMENTOS (22 ENTIDADES REPROVADAS) \* 54 APROVADAS\*

ENVELOPES SEPARADOS	8
DECLARAÇÃO DE FICHA LIMPA	10
ATA DE ELEIÇÃO E POSSE	8
ESTATUTO SOCIAL	6
ATA DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS	5
CNPJ	5
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	5
CERT. NEGATIVA DE DÉBITOS MOB. MUNICÍPIO	4
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	3
CERTIDÃO FGTS	2
RG DO PRESIDENTE	1

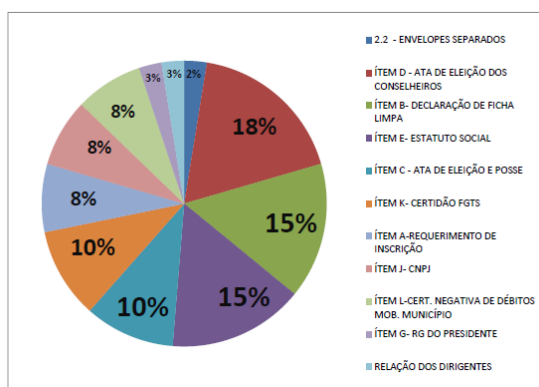


APROVADAS	REPROVADAS	TOTAL
54	22	76



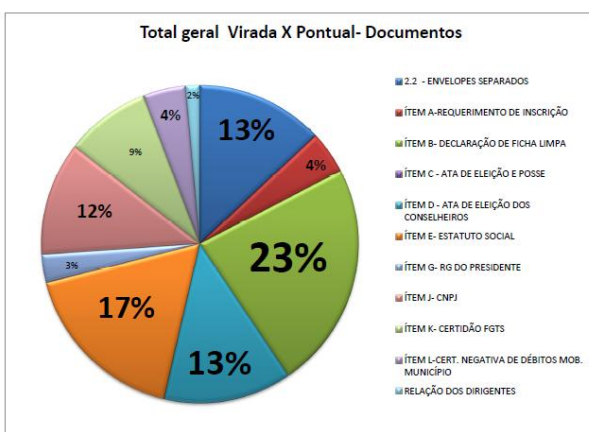
APROVADAS	REPROVADAS	TOTAL
15	22	37

EDITAL 20/2015- ASSOCIAÇÕES QUE NÃO PASSARAM NO EDITAL



EDITAL 20/2015- ASSOCIAÇÕES QUE NÃO PASSARAM NO EDITAL

2.2 - ENVELOPES SEPARADOS	1
ÍTEM D - ATA DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS	7
ÍTEM B - DECLARAÇÃO DE FICHA LIMPA	6
ÍTEM E - ESTATUTO SOCIAL	6
ÍTEM C - ATA DE ELEIÇÃO E POSSE	4
ÍTEM K - CERTIDÃO FGTS	4
ÍTEM A - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	3
ÍTEM J - CNPJ	3
ÍTEM L - CERT. NEGATIVA DE DÉBITOS MOB. MUNICÍPIO	3
ÍTEM G - RG DO PRESIDENTE	1
ÍTEM I - RELAÇÃO DOS DIRIGENTES	1



Total geral Virada X Pontual- Documentos

ENVELOPES SEPARADOS	9
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	3
DECLARAÇÃO DE FICHA LIMPA	16
ATA DE ELEIÇÃO E POSSE	
ATA DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS	9
ESTATUTO SOCIAL	12
RG DO PRESIDENTE	2
CNPJ	8
CERTIDÃO FGTS	6
CERT. NEGATIVA DE DÉBITOS MOB. MUNICÍPIO	3
RELAÇÃO DOS DIRIGENTES	1

Apuramos os seguintes resultados:

Para o edital 19/2015 – Eventos Pontuais participaram 76 entidades, sendo 54 aprovadas (71%) e 22 reprovadas (29%).

Pra o edital 20/2015 - Virada Esportiva participaram 37 entidades, sendo 15 aprovadas (41%) e 22 reprovadas (59%).

Correlacionamos os dois resultados e apuramos que as Entidades não anexaram junto ao processo:

23% - declaração de “Ficha Limpa”, modelo que continha no edital;

17% - Estatuto Social;

13% - Ata de Eleição dos conselheiros e relação dos dirigentes;

12% - Inscrição do CNPJ;

9%- Certidão do FGTS

4% Requerimento de inscrição-modelo fornecido no edital e Certidão Negativa de Débitos Mobiliários

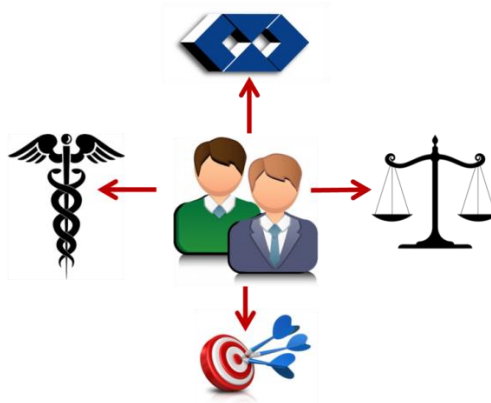
3% Cópia do RG do Presidente da Entidade;

2% Envelopes do processo separados

Podemos analisar que é imprescindível a participação do contabilista juntamente com o setor administrativo da Entidade atendida nos procedimentos de montagem do processo para garantir que o projeto seja analisado e aprovado não somente por sua proposta, mas também pela regularidade documental.

### **4.3 Assessoria especializada para o Terceiro Setor**

Todas as Organizações sem fins lucrativos em sua atuação perante o Poder Público, associados e simpatizantes da causa proposta, seja ele de cunho educativo, cultural, ambiental, esportivo, saúde, direitos humanos entre outras necessidades da população, para obter melhores resultados, confiabilidade, fidelização e segurança perante novos investidores sociais sejam eles de caráter público, privado ou de pessoas físicas, precisa ter em seu corpo gestor, assessoria especializada nas áreas de administração, contabilidade, advocacia e de marketing.



Arte desenvolvida pelo grupo

Porém, muitos grupos são formados por pessoas de baixa renda oriundos de pequenos vilarejos e bairros distantes de grandes centros onde tais recursos não chegam, muitas vezes os mesmos “pagam” para trabalhar, são movidos pelo amor à causa, sem este tipo de assessoria especializada, gera limitação do trabalho e abrem brechas para que estes grupos sejam manipulados por oportunistas que amarram o desenvolvimento social.

Se há necessidade de mudanças nas políticas públicas para gerir novos caminhos para que o Terceiro Setor tenha sustentabilidade econômica para poder ter acesso a estes profissionais para que possam obter acompanhamento adequado e resultados mais efetivos pois desde o processo de fundação da Entidade, planejamento tributário, aplicação dos recursos, prestação de contas e promoção do histórico de ações realizadas, deve haver interação entre tais profissionais para que juntos elaborar planejamento estratégico considerando a objetividade e finalidade da organização para adequar documentação, demonstrações contábeis, tributação e estratégia de Marketing.

#### **4.4 Importância da Gestão popular para o desenvolvimento social**

De acordo com artigo de João Carlos Magalhães, o número de miseráveis reconhecidos em cadastro pelo governo chega próximo de 22,3 milhões. É o que revelam dados produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com base no Cadastro Único, que reúne informações de mais de 71 Milhões de beneficiários de Programas Sociais. (OLIVEIRA, Luis Martins de, 2015, pág. 27).

Em todas às sociedades, sempre haverá injustiças sociais, a centralização de poderes segmentados para o grande centro e distantes dos valados e das "favelas", se não for à vontade coletiva de mudar esta realidade difícil encontrada nas grandes comunidades, pequenos vilarejos, onde mesmo com a implantação de programas sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, não combatem totalmente a fome e falta de dignidade humana.

Esta é a missão das Organizações sem fins lucrativos, estreitar esta distância entre o poder público e a sociedade, ser um canal transmissor de esperança utilizando da participação da sociedade civil para desempenhar atividades relevantes de caráter educativo, ambiental, religioso e científico.

Associações, Organizações, Institutos e Fundações são formas jurídicas de se constituírem entidades do Terceiro Setor, juntamente com o Segundo Setor (Empresas) consegue mesmo de forma limitada, mas com resultados relevantes, proporcionar melhoria na qualidade de vida, no atendimento médico, em eventos ou campanhas de cunho educativo, esportivo ou cultural entre outras atividades que possam suprir as carências deixadas pelo Primeiro Setor (Governo).

## **5. Regime Tributário / Reforma tributária**

O governo, reconhecendo o trabalho que é desenvolvido pelas Entidades de interesse social, reconhece e concede registros, títulos e qualificações, podendo trazer benefícios legais para estas organizações possam captar recursos públicos a ser aplicados em prol da sociedade civil, além de imunidades ou isenções de impostos.

Um dos títulos concedidos é o Título de Utilidade Pública Federal. Quem concede esse título é o Presidente da República, desde que a Entidade atenda aos seguintes requisitos legais:

- Que seja pessoa jurídica;
- Que se constitua no país de origem;



- Nenhum dos diretores, associados tenha remuneração e nem recebam vantagens;
- Funcionamento normal nos últimos três anos, respeitando os Estatutos;
- Compromisso trienais de prestar conta em um relatório de toda sua promoção em desenvolver atividades filantrópicas, culturais, artísticas etc;
- Há também o compromisso anual de comprovar suas receitas e despesas e sua publicação.
- Conforme descrito na lei 1617 de 18/08/1997, onde informa documentação obrigatória para requerer este título (Consiste em carta ao Governo do Distrito Federal ser encaminhados os seguintes documentos: Estatuto e Ata devidamente registradas e credenciadas, Certidões dos Órgãos ou Conselhos competentes, cópia dos balanços patrimoniais dos três últimos anos, relatório de atividades dos três últimos anos, atestado de regularidade de funcionamento expedido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e cópia do CNPJ).

### **5.1 Obrigações acessórias para o Terceiro Setor**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL (ECF):** O sujeito passivo deverá informar todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Será transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira.

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL – ECD:** Foi instituída para fins fiscais e previdenciários e deverá ser transmitida pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

**EFD CONTRIBUIÇÕES: PIS, COFINS E CPRB:** A Receita Federal do Brasil instituiu mais uma obrigação tributária acessória através da Instrução Normativa RFB 1.052/2010, tratando acerca da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em 2012 foi publicada nova regulamentação através da Instrução Normativa RFB 1.252/2012, revogando o texto anterior a dispor sobre Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (CPRB).

Desta forma, referida obrigação passou-se a denominar-se Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições).

O novo modelo de escrituração desses tributos contribui para a modernização do acompanhamento fiscal e uniformiza o processo de escrituração conforme já vem sendo feito com o ICMS e o IPI, através do SPED Fiscal.

Segundo o normativo legal, a EFD-Contribuições deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém.

**DIRF - DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE:** É uma obrigação tributária acessória devida por todas as pessoas jurídicas - independentemente da forma de tributação perante o imposto de renda. O prazo de entrega é relativo ao ano-calendário anterior no último dia de fevereiro.

**DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS DCTF:** Conterá as informações relativas aos tributos e contribuições apurados pela pessoa jurídica em cada mês, os pagamentos, eventuais parcelamentos e as compensações de créditos, como as informações sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário a ser transmitida pelo programa Receitanet

através do site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br). O prazo de entrega é até o décimo quinto dia útil do segundo mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

**EFD - Escrituração Fiscal Digital:** É de uso obrigatório para todos os contribuintes do ICMS ou do IPI, exceto Simples Nacional. Trata-se de arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

**Legislação:** Convênio 143/06, Ato Cotepe 9/08, Portaria CAT 147/09 em SP).

### **5.1.2 Benefícios proporcionados pelo título**

O governo exigindo documentos para conceder o título a Entidade que atender aos critérios para o recebimento, terá os seguintes benefícios:

- Receber subvenções, auxílios e doações da União;
- Receber doações de Empresas.

Além dos requisitos informados para concessão do título, outros podem ser exigidos sendo que para mais esclarecimentos a Entidade deve procurar obter informações com o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Classificação do Ministério da Justiça (DEJUS) que é o Órgão responsável por tais esclarecimentos adicionais.

Tanto o Estado quanto o Município também fazem a concessão de título, cabe a cada um deles fazer a regulamentação para ser concedido. Esse título possibilita às Organizações sem fins de lucrativos possam receber alguns benefícios fiscais que são: isenção de impostos e contribuições Estaduais, estarem habilitados para obterem benefícios financeiros e fazer parcerias e receber ajuda do Governo do Estado nas áreas em que a Entidade fizer atuação.

As Entidades devem fazer a prestação de contas junto ao Ministério da Justiça, através do sistema on line de forma bem simples, por meio do Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES). Nesta declaração deve constar um relatório com as atividades desenvolvidas, bem como a demonstração do resultado do período. Este procedimento pode ocorrer de forma física, somente se o Ministério solicitar. A prestação de contas serve para solicitar e renovar o Título de Utilidade Pública que lhe foi conferido.

### **5.1.3 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**

Para obter essa certificação ou renovação no período de 12 meses anterior ao requerimento, deve-se ter atendido as exigências:

- No caso de extinção da Entidade, deve-se conter nos atos constitutivos a informação de que o patrimônio remanescente deve seguir a outra Entidade sem fins lucrativos ou a uma Entidade Pública;
- Ser constituída de Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo como finalidade a prestação de serviços, na parte social, educação e saúde, não podendo prestar serviços a seus associados ou sua categoria profissional.

A entidade obtendo tal certificação fica isenta do pagamento da contribuição a cargo da empresa, também das contribuições que provém do lucro e do faturamento destinados a Seguridade Social, atendendo aos requisitos previstos na lei, que são:

- Aplicar renda e recursos no território nacional para o desenvolvimento dos seus objetivos;
- Manter toda escrituração contábil em ordem no registro de receitas e despesas;
- Não distribuir participações, resultados, bonificações sob qualquer forma;

- Manter em ordem durante 10 anos, desde a data da emissão os documentos que comprovar a aplicação dos recursos, que no final houve modificação no patrimônio;
- Cumprir toda obrigação acessória pertinente à legislação;
- Quando a receita bruta for superior ao limite fixado na Lei Complementar 123 de 14/12/2006, deve apresentar demonstrações contábeis e financeiras feitas por um auditor independente habilitado no CRC.

O período exigido como requisito poderá ser reduzido se a Entidade for prestadora de serviços e tiver contrato com Sistema Único de Assistência Social (SUAS), somente em caso de necessidade atestado pelo gestor.

#### **5.1.4 Título de Organização da Sociedade Civil (OSCIP)**

É considerado como o novo marco legal do Terceiro Setor. É um título também conferido pelo Ministério da Justiça. As Fundações e Associações podem se qualificar para receber o título. Um dos requisitos básicos é que atenda ao princípio de universalização dos serviços (no âmbito da sua atuação) e atender ao menos um dos onze requisitos previstos no Art 3 da Lei 9.790/99 que dispõe *in verbis*:

- XI - Promoção da ética, da paz, da cidadania dos direitos humanos da democracia e de outros valores universais;
- VII - Promoção do voluntariado;
- X - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar. (ANDRADE, Alvaro Pereira de, 2015, pág. 77)

#### **5.1.5 Benefícios da qualificação do Título OSCIP**

Quando as Entidades do terceiro setor obtém o título de OSCIP, estão habilitadas para celebrar parcerias com Poder Público para aplicação desta captação de recursos em favor da comunidade atendida, além de dar a possibilidade do doador (pessoa jurídica) poder deduzir do cálculo do lucro real e da base CSLL até 2% sobre o lucro operacional das doações efetuadas.

### **5.1.6 Título de Organização Social (OS)**

Qualificam-se para obtenção as Associações e Fundações, desde que suas atividades sejam voltadas para o ensino, cultura, saúde, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente.

O maior benefício da OS é poder receber recursos financeiros e fazer a administração de equipamentos, bens e pessoal do Poder Público feito através dessa parceria firmada por meio de contrato de gestão.

Nesse contrato ficam estabelecidas metas, que devem ser alcançadas para que o serviço seja prestado com qualidade e eficiência ao público.

### **5.2 Demonstração de Resultados de Exercício (D.R.E)**

Demonstração de Resultado de Exercício, de acordo com o artigo 187 da Lei 6.404 de 1976, é um relatório que tem como objetivo mostrar as operações realizadas da empresa durante um certo período. Esse documento é importante, pois mostra a saúde financeira da empresa, reduzindo as receitas, despesas e resultados apurados, formando resultados líquidos. Essa informação é importante como tomada de decisão, sendo útil para investidores, administradores de empresa, bancos e governo onde relata a situação real da empresa.

### **5.3 Balanço Patrimonial**

A maioria das entidades do Terceiro Setor sobrevive com a ajuda dos trabalhos beneficentes e de pessoas, que contribuem, sem interesse algum, pelo bem estar da comunidade.

Alguns profissionais deixam de lado sua vida para ajudar e se dedicar ao bem dos outros sem esperar qualquer tipo de recompensa.

No mundo inteiro existem entidades que são bem intencionadas, transparentes em suas prestações de contas, com profissionais bem

qualificados e bem intencionados, mas existem aqueles que agem de má fé, se aproveitando das desgraças alheias para conseguir recursos de formas desonestas.

Em um artigo publicado na revista Exame, a jornalista Fabiane Stefano menciona que nos últimos 40 anos, os países ricos direcionaram nada menos que cinco trilhões de dólares em ajuda comunitária no mundo. Num primeiro momento, a dinheirama arrecadada foi motivo de euforia e festejada como a solução para a pobreza e os flagelos em países da África, da Ásia e da América Latina. Mas não resolveu, de forma alguma o problema da extrema pobreza, passando essa ajuda humanitária internacional a ser vista com cada vez mais descrédito. (STEFANO: 2013, pág. 120)

As entidades sérias e bem intencionadas precisam contar com um bom sistema para prestar suas contas, mostrando com clareza para os seus doadores e para a sociedade, não apenas de onde vêm todos os recursos arrecadados, mas também de forma transparente como foram aplicados.

A melhor forma de uma boa prestação de contas é ter uma auditoria, de preferência independente e permanente que possa revisar a validade de todos os atos financeiros.

A contratação de uma auditoria independente para a prestação de serviços especializados será um importante diferencial estratégico da entidade, na disputa pelos recursos financeiros escassos, com as demais concorrentes. (OLIVEIRA, Luis Martins de, 2015, pág. 90)

#### **5.4 Demonstrações Contábeis**

São as informações fornecidas pelas empresas, com a finalidade de demonstrarem a todos os interessados o que ocorreu num determinado período.

Essas informações são de grande e importante ajuda, porque através delas que é mostrado o que ocorre dentro das instituições o seu comportamento social, essas informações devem ser divulgadas anualmente pelas empresas, pois representa sua prestação de contas.

Através da Resolução CFC Nº 1.409/2012 apresentam-se exemplos de demonstrações contábeis, cujo objetivo é auxiliar os profissionais da área para divulgação das informações financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

As entidades podem alterar e incluir contas para atender às suas especificidades, sempre que entenderem necessário.

## 5.5 Notas explicativas

As notas explicativas, às demonstrações contábeis das Entidades sem finalidade de Lucros devem divulgar, no mínimo, o conteúdo de item 27 da ITG 2002 como segue:

- a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com  
gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade de ser evidenciada nas  
demonstrações contábeis, como se a obrigação devida fosse;
- d) as subvenções recebidas pela entidade, aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) os recursos de aplicações restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- i) informações sobre os seguros contratados;
- j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observada a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;



m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, números de atendidos, números de atendimentos, números de bolsistas com valores e percentuais representativos;

n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados. (MARTINS, Paulo Dias, 2015, pág. 205)

## 5.6 Principais Certidões exigidas em processo de Captação de Recursos

O contabilista precisa ficar atento com os prazos de validade de cada Certidão, além de manter em dia as obrigações assessorias da Organização, pois em qualquer processo de captação de recursos a primeira fase de análise passa pela regularização destes documentos. O grupo de estudos levantou as principais Certidões exigidas e desenvolveu a seguinte tabela de Oliveira (2015, pág. 72):

ÂMBITO DE POSSÍVEL PARCERIA	CERTIDÃO	VALIDADE	TIPO DE INSENTIVO
Federal	Secretaria da Receita Federal do Brasil – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (RFB-PGFN)- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – <b>Estas três Certidões saem no mesmo documento.</b>	6 meses	Isenção tributária
Federal	Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS)	1 Mês	Isenção tributária
Federal	Declaração de Utilidade Pública Federal (UPF)	1 Ano	Isenção tributária
Federal	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS)	3 Anos	Isenção tributária INSS patronal
Estadual	Receita Estadual Certidão Negativa de Débitos Tributários	1 Mês	Isenção tributária
Estadual	Declaração de Utilidade Pública Estadual (UPE)	1 Ano	Isenção tributária
Municipal	Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS)	5 Anos	Redução na conta de água

Municipal	Cadastro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	3 anos	Restituição Fiscal Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad) Imposto de Renda
Municipal	Declaração de Utilidade Pública Municipal (UPM)	3 anos	Isenção tributária

## 5.7 Prestação de Contas

Prestação de contas é um demonstrativo que a própria entidade organiza onde disponibilizam documentos e informações aos órgãos interessados e as autoridades.

A prestação de contas é uma das principais obrigações que os administradores das entidades devem cumprir, pois é através dela que é possível saber o andamento das atividades que a entidade possui o seu movimento financeiro. Deve se presta contas a princípio aos próprios órgãos deliberativo, e ao Poder Público.

Para se prestar contas é preciso ser atento às exigências especiais de cada órgão, para que não seja encaminhado nada mais nada menos que o exigido.

Elementos necessários para prestação de contas:

**Plano de Trabalho** Relatório onde demonstrasse as ações previstas, comprando com as já realizadas e analisando suas variedades.

**Relatório de Atividades** - Documento onde relata em detalhes todo processo do trabalho desenvolvido, provando passo a passo a realização do projeto. Para cada período de gestão devesse ter um relatório. Esse relatório deve ter uma linguagem fácil e acessível para melhor entendimento.

**Demonstrações Contábeis**- As demonstrações contábeis que devem ser feita pela Entidade, são: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas de acordo com a NBC TG 26 ou na Seção 3 NBC TG 1000.

**Informações Bancárias** - Podem ser exigidas dois tipos de informações bancárias. A primeira exige-se relação entre as contas bancárias da Entidade. A segunda exige-se cópias de extrato bancário comprovando o saldo da conta.

**Inventário Patrimonial** - É a relação que existe entre os bens patrimoniais (móveis e imóveis), informando a identificação e características do bem.

**Declaração de Informação Econômico-Fiscais de Pessoa Jurídica**- É uma obrigação para todas entidades a entrega dessa declaração. A falta de observância acaba restringindo aos benefícios que a entidade conquistou.

**Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS)** - É um relatório de informações que o Ministério do Trabalho e Emprego solicita anualmente às pessoas jurídicas e é outros empregados. Caso não tenha empregados devesse apresentar a Rais negativa.

**Parecer do Conselho Fiscal** - Essa exigência depende da estrutura administrativa da Entidade.

**Relatório de Auditoria Independente** - O Poder Público pode fazer essa exigência.

**Cópia de Convênio, Contrato e Termo de Parceria** - Devesse apresentar as cópias de convênio, contrato e termo de parceria realizados com órgãos públicos e particulares, o documento do órgão responsável pela fiscalização.

Seguem Órgãos que necessitam prestar contas:

**Ministério Público**- É uma instituição pública autônoma, a quem a Constituição Federal atribuiu à incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Isto é, o Ministério Público é o grande defensor dos interesses do conjunto da sociedade brasileira. Tem a obrigação, portanto, de defender o interesse público, conduzindo-se, sempre, com isenção, apartidarismo e profissionalismo. ([http://mpsp.mp.br/portal/page/portal/atribuicoes/o\\_que\\_e\\_o\\_MP](http://mpsp.mp.br/portal/page/portal/atribuicoes/o_que_e_o_MP))

**Ministério da Justiça e Governos Estaduais** - Trata-se de um órgão da administração federal brasileira, responsável por tratar assuntos relativos à cidadania, ordem jurídica e garantias pessoais. Responsável pela gestão de assuntos pertinentes ao Poder Judiciário, também atua em temas de Direito, referentes à relação do Poder Executivo com entidades e com o cidadão. (<http://faq.inf.br/servicos-publicos/o-que-e-o-ministerio-da-justica-orgaos-atribuicoes-e-outros>)

**Ministério da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** - A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ocorrida em 2004, é resultado da vontade política de tratar a superação da pobreza e da fome como uma das principais prioridades do país. A grandeza deste desafio exigiu a reorganização de estruturas e marcos legais, para que fosse possível desenvolver de forma célere e articulada, as políticas de inclusão social, transferência de renda condicionada, assistência social e segurança alimentar e nutricional. (<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>)

**Órgãos que celebram termos de parceria com OSCIP** - OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas. (<http://jus.com.br/artigos/19265/organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico-oscip/1>)

### 5.7.1 Despesas não aceitas na Prestação de Contas

A Portaria Interministerial nº 507 de 2011, em seu artigo 52, proíbe que entidades contraiam despesas com alguns itens, tais como:

- Taxas de administração, de gerência ou similar;
- Pagamentos de servidor ou empregado público;
- Uso dos recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- Pagamento em data posterior à vigência do instrumento;
- Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária;

- Transferências para clubes/associações de servidores etc;
- Despesas com publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Todas essas possuem, em certa medida, especificações e até exceções contidas no texto da própria lei. (SOUZA, Beatriz de Barros, 2015, pág. 52)

## 5.8 Auditoria e Controladoria

O processo de auditoria das demonstrações contábeis divide-se em três partes:

- Colher evidências sobre afirmações que a Entidade deve apresentar;
- Avaliar as evidências e confrontar com critérios objetivos;
- Comunicar à conclusão que foi obtida a todos os interessados pelas demonstrações contábeis.

Alguns exemplos onde auditoria pode ser aplicada: avaliação da eficiência e eficácia de um departamento ou processo, investigar fraudes contábeis, fiscais ou financeiras, revisar e apurar a base de cálculo de tributos, e também verificar se determinada empresa está obedecendo às normas operacionais.

Cabe a administração de cada Entidade zelar pela elaboração, apresentação das demonstrações contábeis e assim fazer um controle maior para evitar que alguma demonstração tenha distorção erro ou fraude.

O auditor independente expressa sua opinião com intuito de aumentar a confiança dos usuários, desde que não seja a parte responsável, isso chama-se de “trabalho de asseguarção”, já quando se tratar de assegurar informação contábil histórica o trabalho será designado a auditoria.

A responsabilidade maior dos auditores independentes é expressar sua opinião de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, o auditor terá de cumprir exigências éticas, planejar, executar e dar segurança para que análise das demonstrações contábeis não contenham informações enganosas.

O auditor tem que entender o trabalho da Entidade, compreender as transações que são realizadas para que com isso possa fazer a análise das demonstrações contábeis.

A auditoria envolve o processo de execução de procedimentos, com o objetivo de evidenciar a respeito dos valores, e divulgação que será apresentada nas demonstrações contábeis. Cabe ao auditor definir qual procedimento será adotado para a demonstração contábil avaliando os seus riscos.

A auditoria também avalia a apresentação das normas contábeis tomadas em conjunto pela Entidade e os controles internos relevantes para planejar o processo de auditoria.

**Auditoria Independente** - A Resolução CFC n 1329/11 diz que a informação contábil para ser útil tem que ter duas qualidades:

1° Ser relevante, ou seja, aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários;

2° Representar com fidedignidade o que se propõe a representar, portanto, ser completa, neutra e livre de erro. Para que aqueles usuários que solicitaram o serviço do auditor independente, quando analisarem o resultado, possam encontrar segurança de que essas qualidades foram alcançadas.

O objetivo maior da auditoria é passar credibilidade aos usuários, das demonstrações contábeis que foi desenvolvido pela administração da Entidade. Alguns dos motivos que levam usuários a solicitar a auditoria independente é a desconfiança de que a demonstração contábil pode ter sido feita em favor da Entidade ou em favorecimento de um usuário e outro não. Por esse motivo as demonstrações precisam ser neutras em relação a todos os usuários.

Elaborar demonstração contábil em sua grande maioria é um processo bem complexo, conforme a dificuldade o risco de haver erro também aumenta. Por isso os usuários avaliando que é difícil, recorrem ao auditor, para que ele

faça a avaliação e emita sua opinião. Quando a Entidade faz rodízio de seus dirigentes, algumas contratam o serviço de auditoria, para evitar problemas que os gestores posteriores farão da gestão anterior.

Segue, Entidades sem finalidade de lucro que podem ser obrigadas a passar pelo procedimento de auditoria:

- Quando a receita da Entidade for superior a R\$2,4 milhões por ano, estão obrigadas a apresentar suas demonstrações contábeis, devidamente auditadas por um auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC);
- Organização da Sociedade de Civil de Interesse Público (OSCIP) devem realizar auditoria independente, quando os recursos for maior ou igual a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) e o valor gasto com a auditoria independente deverá ser incluído no orçamento do projeto como despesa;
- As Sociedades de grande porte ainda que não constituídas sob a forma de Sociedade por ações são obrigadas a terem auditoria independente, por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Considera-se de grande porte a Sociedade ou Conjunto de Sociedades sob controle comum, que tiver no exercício social anterior, ativo total superior a R\$240.000.000,00(duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

A administração da Entidade apresenta as seguintes afirmações:

- Ativo Circulante;
- Caixa e equivalentes de caixa;
- Aplicações financeiras (nota explicativa 4)-R\$500.000,00.

Analisando as informações, a demonstração contábil da Entidade pode ser enganosa se qualquer uma das afirmações não for verdadeira. O papel do auditor é verificar se todas as informações estão precisas.

O auditor pode solicitar se achar necessário, o extrato bancário em nome da Entidade, pois com esse documento irá verificar se as aplicações

realmente existem, se os valores estão corretos e se são todas aplicações da própria Entidade.

Em contra partida, o auditor pode fazer uma carta de circularização para que o banco, responda ao auditor todas as operações que ele manteve com a Entidade em determinada data. O papel do auditor é colher as evidências e confirmar se as informações estão corretas nas demonstrações contábeis.

Após os testes de auditoria nas demonstrações contábeis, saldos e no controle interno, o auditor conclui seu trabalho e faz a comunicação de sua opinião e a emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

**Relatórios emitidos pelos auditores independentes** - A finalidade dos auditores independentes é formar uma opinião de acordo com as demonstrações contábeis, levando em conta a avaliação de conclusões de acordo com a auditoria obtida, esse relatório deve ser por escrito expressando muito claramente sua opinião.

Essa opinião formasse conforme o auditor conclui se obteve segurança nas demonstrações contábeis, não apresentando distorções seja ela por fraudes ou erros. Considerando que essa opinião baseia-se ser obteve evidência da auditoria apropriada e suficiente.

**Controladoria** - É o departamento responsável pelo projeto, elaboração implementação e manutenção dos sistemas: operacionais financeiras e contábeis de uma determinada Entidade, que organiza e reporta dados que sejam importantes para uma tomada de decisão. Avalia as atividades e o desempenho de outros departamentos, por meio de laudos e relatórios, que possa auxiliar positivamente no processo de decisão.

O conceito referente ao departamento de controladoria vem sendo modificado ao longo dos tempos, mas pode se dizer com base em estudos e experiências que, é constituído por uma equipe de profissionais de alto nível, os quais tem a missão de controlar todas as atividades da organização, recebendo para isso, contribuições valiosas da contabilidade da administração.



A controladoria tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborando com os gestores na busca da eficácia, obtendo o maior número de informações sobre os diversos setores da entidade, analisando medidas corretivas para que o objetivo seja cumprido.

Em razão das características de organização sem fins lucrativos, de interesse público as entidades do terceiro setor devem ser as mais transparentes nas ações e decisões financeiras. Mostrar claramente para os doadores pessoas físicas e jurídicas ou o poder público, a origem do recurso obtido, onde foi aplicado e o benefício social alcançado por ele.

A dificuldade na obtenção de recursos, ocorre principalmente pela desconfiança com que a sociedade enxerga esse setor, isso acontece devido falta de transparência de alguma entidade nas prestações de contas, e dos resultados alcançados por essa instituição.

Uma eficiente e eficaz equipe de controladoria pode contribuir bastante para a eliminação de tais deficiências.

A falta de um sistema eficiente de informações financeiras e contábeis, pode ocorrer informações falsas, fraudulentas e isso pode gerar um problema a entidade como perda de isenção e imunidade e também o fechamento da entidade por fraude ou falta de credibilidade.

#### A importância da Controladoria para a Entidade do Terceiro Setor

Dentre os benefícios que uma controladoria pode proporcionar às entidades, destacam-se:

- controlar e proteger os ativos e o patrimônio da entidade;
- emitir dados, relatórios gerenciais e informações confiáveis;
- auxiliar a administração e os executivos nas tomadas de decisões;
- possibilitar a continuidade da entidade e contínua geração de caixa,
- possibilitar a continuidade do usufruto dos instrumentos da imunidade e da isenção
- prevenir contra tentativas de práticas ineficientes e antieconômicas;

- auxiliar a detecção de erros, fraudes, abusos, desvios e outras práticas inadequadas;
- servir como parâmetro e guia para o desenvolvimento das atividades para um fim determinado;
- auxiliar a elaboração de relatórios para a prestação de contas transparentes. (OLIVEIRA, Luis Martins de, 2015, pág. 107)
- 

Analisando os fatos vimos que quanto maior o controle, menor a possibilidade de erros e quanto mais eficiente for a equipe de controladoria menores as chances de haver práticas abusivas nocivas ao patrimônio e a gestão financeira da entidade.

## **Ferramentas e Estruturas Necessárias**

Para exercer sua função, e demonstrar sua real utilidade, e a controladoria precisa contar com uma estrutura apropriada nos seguintes aspectos:

- Contar com uma equipe interna de controladoria treinada e motivada;
- Identificar dentro dos diversos setores da instituição as pessoas-chave para o fornecimento de relatórios e informações periódicas, os quais devem ser padronizados;
- Gerar relatórios periódicos de prestação de contas;
- Relatórios gerenciais, gerados pela contabilidade, como balancetes mensais e demonstrações de receitas e gastos;
- Treinar a equipe dentro e fora da instituição;
- Ler e entender os relatórios específicos de auditoria independente e interna, quando houver. (OLIVEIRA, Luis Martins de, 2015, pág. 108)

Quando uma pessoa física ou jurídica faz uma doação filantrópica, seja de materiais, equipamentos ou em forma de recursos, ela espera que o recurso seja utilizado de maneira atingir o maior número de beneficiados possíveis, e é nesse ponto que a controladoria vai garantir esse serviço, colaborando com os gestores na tarefa de alcançar a eficácia, pois uma empresa é eficaz, quando cumpre sua missão e garante a sua continuidade.

## 6. Considerações Finais

As organizações do Terceiro Setor desempenham papel fundamental na cooperação junto ao Primeiro Setor para suprir as necessidades da sociedade,

Buscamos através do Projeto “Conta e Soma” mostrar os desafios a ser superados que os escritórios de Assessoria Contábil enfrentam para atender o Terceiro Setor, enfatizando a importância da gestão coletiva entre outros profissionais que atuam no processo de captação de recursos para o bom desenvolvimento e continuidade dos programas e projetos aplicados pelas Entidades.

Acreditamos que com este suporte, gestores podem obter através das demonstrações contábeis credibilidade perante Governo, parceiros e doadores, agregando mais potencial para captação de novas parcerias.

Quando um projeto ou programa social é executado de forma correta, viabiliza as ações, gera emprego e renda, aquece a economia, e resgata a dignidade das comunidades periféricas com agregação do impacto social.

Ressaltamos que os microempreendedores individuais também estão sendo beneficiados com as parcerias entre o setor Público diretamente ou pelas Entidades nos setores de Cultura, esporte e educação, onde o contabilista precisa estar atento às oportunidades deste mercado, pois pela complexidade burocrática e operacional neste processo, valoriza a categoria contábil.

O contabilista deve investir no marketing pessoal utilizando a ferramenta da gestão participativa com outros prestadores de serviços para o Terceiro Setor (advogados, assistentes sociais, assessores de marketing) para poder mesclar lucro e transformação social através da contabilidade.

Precisa-se potencializar esta presença empreendedora, apresentar suas ideias, opiniões, fazer publicações em mídias sociais, participar de Fóruns de debates para compartilhar suas experiências com as entidades do Terceiro Setor e propor novas formas de implantação da contabilidade para fidelização e captação de novos clientes.

**Resultados esperados para futuros leitores deste trabalho:**

- Que os contabilistas possam utilizar das informações contábeis com objetivo de cooperar com o Terceiro Setor para que os mesmos possam executar seus projetos de forma segura e precisa mantendo a credibilidade perante o Governo e a população;
- Haja consciência de responsabilidade social perante a categoria contábil em sua prestação de serviço;
- Que haja investimento pessoal do contabilista no Marketing Social através deste tipo de assessoria.

**7. Referências Bibliográficas**

MORAES, Alexandre de. **Constituição da República Federativa do Brasil. De 5 de outubro de 1988.** São Paulo: Atlas S.A, 2009.

GRAZZIOLI, Airton, CAMPELO, Aldeir de Lima, ANDRADE, Álvaro Pereira de, FRANÇA, José Antônio de, PAES, José Eduardo Sabo, MOL, Leonardo de Freitas, CARVALHO, Lúcia Regina Faleiro, MONELLO, Marcelo Roberto, MARTINS, Paulo Dias, SILVA, Severino Vicente da. **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor. Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social.** Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2015.

TEIXEIRA, Aníbal. **Marketing Regional e Geração de Empregos.** 2º edição. Editora Betânia: 2006.

SOUZA, Beatriz de Barros, PERINOTTO, Fabio Riani, BHERING, Luana, FIGUEIREDO, William, **Guia de Acesso a Recursos Financeiros para Organizações da Sociedade Civil,** Murc Editora Gráfica: 2015.

OLIVEIRA, Luís Martins de, SOUZA, Ailton Fernando de, SANTOS, Carlos César Silva, ARIEDE, Márcia Souza Nascimento, PALADINO, Sandra. **Terceiro Setor. Características e Gestão**. São Paulo: Cenofisco: 2015.

SALE, Jose Avando Souza, **TIC Organizações Sem Fins Lucrativos**, Editorial Suporte: 2014.

BARRO, Sidnei Ferro, **Contabilidade Básica**, 3º Edição IOB, 2007.

STEFANO, Fabiane, **Exame**, São Paulo: Abril, pág. 120, 6 de fevereiro de 2013.

[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/atribuicoes/o\\_que\\_e\\_o\\_MP](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/atribuicoes/o_que_e_o_MP) 6 de maio de 2016.

<http://www.faq.inf.br/servicos-publicos/o-que-e-o-ministerio-da-justica-orgaos-atribuicoes-e-outros/> 6 de maio de 2016.

<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional> 6 de maio de 2016

<https://jus.com.br/artigos/19265/organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico-oscip/1> 6 de maio de 2016

<http://www.portaltributario.com.br/artigos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal.htm>  
dia 24/05/2016 6 de maio de 2016

**8. Anexos:**

Anexo I - Modelo de D.R.E

Anexo II – Modelo de Balanço

<b>II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO</b>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
<b>Com Restrição</b>		
Programa (Atividades) de Educação		
Programa (Atividades) de Saúde		
Programa (Atividades) de Assistência Social		
Programa (Atividades) de Direitos Humanos		
Programa (Atividades) de Meio Ambiente		
Outros Programas (Atividades)		
Gratuidades		
Trabalho Voluntário		
Rendimentos Financeiros		
<b>Sem Restrição</b>		
Receitas de Serviços Prestados		
Contribuições e Doações Voluntárias		
Ganhos na Venda de Bens		
Rendimentos Financeiros		
Outros Recursos Recebidos		
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
<b>Com Programas (Atividades)</b>		
Educação		
Saúde		
Assistência Social		
Direitos Humanos		

Meio Ambiente		
Gratuidades Concedidas		
Trabalho Voluntário		
<b>RESULTADO BRUTO</b>		
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
<b>Administrativas</b>		
Salários		
Encargos Sociais		
Impostos e Taxas		
Aluguéis		
Serviços Gerais		
Manutenção		
Depreciação e Amortização		
Perdas Diversas		
<b>Outras Despesas/Receitas Operacionais</b>		
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)</b>		
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO</b>		



<b>Modelo de Balanço Patrimonial</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa		
Banco c/ Movimento – Recursos sem Restrição		
Banco c/ Movimento – Recursos com Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		
Aplicações Financeiras – Recurso com Restrição		
<b>Créditos a Receber</b>		
Mensalidades de Terceiros		
Atendimentos Realizados		
Adiantamentos a Empregados		
Adiantamentos a Fornecedores		
Recursos de Parcerias em Projetos		
Tributos a Recuperar		
Despesas Antecipadas		
<b>Estoques</b>		
Produtos Próprios para Venda		
Produtos Doados para Venda		
Almoxarifado/Material de Expediente		
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		

Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		
Valores a Receber		
<b>Investimentos</b>		
Investimentos Permanentes		
<b>Imobilizado</b>		
Bens sem Restrição		
Bens com Restrição		
(-) Depreciação Acumulada		
<b>Intangível</b>		
Direitos de Uso de Softwares		
Direitos de Autor e de Marcas		
(-) Amortização Acumulada		